

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA AGUALVA

ATA Nº. 2/2013

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano dois mil e treze, pelas vinte horas, na sala da Assembleia de Freguesia da Agualva, reuniu-se esta Assembleia para uma reunião ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Posicionamento dos órgãos autárquicos da Agualva, relativamente à intenção da Secretária Regional da Saúde no que concerne ao Centro de Saúde da Praia da Vitória.

Presentes pelo Partido Socialista: Félix Rocha, Francisco Roberto Castro, Hélder Lourenço e Susana Almeida.

Pelo Partido Social Democrata: Marco Aurélio Meneses, Francisco Roberto Lima, João Rocha e Diane Sousa.

O Presidente da Mesa de Assembleia, Félix Rocha, deu início à sessão, passando-se à leitura da ata da última reunião da Assembleia.

Após a leitura da última ata, o Presidente da mesa colocou-a à discussão.

Marco Aurélio e Francisco Lima pediram para alterar a ata no ponto relativo à taurinidade. Depois de descritas as alterações, a ata foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Posto isto, o Presidente da Assembleia de Freguesia colocou a assembleia ao corrente das dificuldades associadas à concessão de licença da tourada e solicitou a introdução de um primeiro ponto na ordem de trabalhos, sobre o ponto de situação da tourada à corda noturna, agendada para dia 17 de Agosto de 2013. Francisco Lima pediu também a introdução de um terceiro ponto, a constar na convocatória, de explicação da atividade da junta nos últimos três meses.

A bancada do PSD pediu para apresentar o voto de protesto, que se passa a citar:

“Considerando a importância e o cariz tradicional que reveste a celebração das festas de Nossa Senhora de Guadalupe, na Agualva, no concelho da Praia da Vitória e na ilha Terceira em geral, a que acresce a grande afluência de emigrantes que nesta altura nos visitam, não nos parece que a atitude demonstrada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória para com a comissão organizadora destas festas para o ano de 2013, seja a mais apropriada.

É evidente, a forma como tem sido tratado o licenciamento da tourada noturna do dia 17 de Agosto na freguesia da Agualva, ora autorizando a licença, ora retirando a licença já comunicada, desta feita, numa tentativa de desresponsabilização, citando um regulamento que em nada se mostra contra a situação em apreço.

É verificada uma persistente recusa de colaboração, o que se configura numa atitude de desrespeito e desprezo, não salvaguardando desta forma o interesse dos municípios nem o património cultural do concelho.

Pelo exposto o grupo do PSD na Assembleia de Freguesia da Agualva, apresenta um voto de protesto no que se refere à atitude da CMPV em relação ao exposto.”

Posto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Assembleia informou que a bancada do PS apresentou também um voto de recomendação sobre o mesmo assunto, redigido da forma seguinte:

“Considerando que a decisão da Câmara Municipal da Praia da Vitória em não conceder licença para a realização de uma tourada após o pôr do sol, no dia 17 de Agosto, não tendo levado em conta os pareceres favoráveis das entidades que foram contactadas e com competência jurídica nem as assinaturas de cerca de 800 agualvenses nem ainda, os encargos e diligências levadas a efeito pela Comissão de Festas a qual se baseou numa autorização inicialmente emitida pela mesma Câmara.

A Assembleia de Freguesia da Aqualva, reunida em sua sessão ordinária de 28 de Junho de 2013, recomenda à Câmara Municipal da Praia da Vitória que reveja o seu posicionamento relativamente à sua decisão que cancelou a autorização que acertadamente, havia sido já concedida.

Apela-se assim a Câmara Municipal da Praia da Vitória, no sentido de reconsiderar essa posição e autorizar a realização da tourada nos moldes que pretende a Comissão de Festas, indo assim ao encontro da vontade daquela comissão, da população desta freguesia e desta Assembleia que a representa.”

Posto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Novamente, o Presidente da Assembleia informou que a bancada do PS apresentou ainda o seguinte voto de congratulação:

“Considerando as precárias condições da Rua Dr. Ávila Gonçalves, que para além do mau estado do piso, acresce o considerável tráfego, que ali se verifica, dado ser uma via de sentido único, que canaliza quase todas as viaturas que se destinam ao centro da freguesia.

Esse tráfego naquela rua, não dispunha de condições para peões, nem locais destinados ao estacionamento, tornava-se num local para além de desagradável, poder ser um potencial fator de risco de acidentes, ainda mais se considerarmos a existência e funcionamento ali, da escola primária da Aqualva. Assim os membros do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia da Aqualva, propõem o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia de Freguesia da Aqualva, na sua sessão ordinária de 28 de Junho de 2013, congratula a Câmara Municipal da Praia da Vitória pela conclusão da obra de melhoramento da Rua Dr. Ávila Gonçalves cuja a necessidade se fazia sentir desde há muito, permitindo não só melhorar o aspeto de uma das mais importantes e centrais ruas desta freguesia, como sobretudo garantir uma circulação mais segura quer de viaturas quer de peões, sobretudo das crianças da escola básica que ali funciona.

Que deste voto se dê conhecimento à Câmara Municipal da Praia da Vitória.”

Posto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Félix Rocha abriu o período de discussão ao público, aproveitando para dar a palavra ao Sr. Sérgio Nascimento sobre o ponto de situação da tourada referida. Sérgio Nascimento referiu a distribuição de uma carta à população da freguesia, endereçada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, procurando justificar o não licenciamento da mesma tourada. Acrescentou ainda a leitura de um documento explicativo, que será anexo a esta ata, deixando a recomendação que este fosse enviado para a Câmara Municipal da Praia da Vitória, juntamente com os votos aprovados nesta assembleia.

Félix Rocha inquiriu o representante da comissão de festas presente, Sérgio Nascimento, sobre que consequências haveria à realização da tourada à revelia das entidades competentes. Sérgio Nascimento referiu que antes de tomada alguma decisão iriam esgotar todas as hipóteses para obtenção da licença.

Marco Aurélio, referiu que era contra a realização de uma tourada sem licença, mas que apoiava todas as medidas que conduzissem à obtenção da mesma. Salientou também que a carta enviada pela Câmara continha contradições. Disse ainda que a comissão de festas tem toda a legitimidade em contestar, mas que tomassem cuidado com as decisões a adotar.

Duarte Pires referiu que a decisão da Câmara não é válida e que, na condição de Presidente da Associação Regional de Criadores de Touros de Touradas à Corda, não concordava com a mesma, declarando-se solidário com a posição da comissão de festas.

Rui Dias sugeriu que os documentos entregues na Assembleia seguissem para a comunicação social, ao que Sérgio Nascimento respondeu não ser ainda oportuno, para que fosse dado tempo à Câmara para reconsiderar.

Duarte Pires acrescentou que a população dispunha de uma arma poderosa, que seria fazer o boicote às próximas eleições autárquicas.

Francisco Lima recomendou cautela com o tratamento desta questão, evitando envolver a freguesia vizinha de São Brás, a fim de respeitar a posição de cada freguesia na defesa dos seus interesses. Lembrou ainda que, no seu entender, a arma mais poderosa seria por exemplo vincular o assunto nas redes sociais, como aconteceu com a situação do bailinho da terceira idade da Agualva.

Dando seguimento à ordem de trabalhos, o Presidente da Junta apresentou a intenção da Secretaria Regional da Saúde no que concerne ao Centro de Saúde da Praia da Vitória, nomeadamente a redução do horário de funcionamento semanal e encerramento ao fim-de-semana. Anexa-se a esta ata o parecer emitido unanimemente pela Assembleia de Freguesia, que seguiu para a Secretaria Regional da Saúde.

Marco Aurélio salientou que o Governo Regional, desde há muitos anos, não tem feito nada pela economia da Terceira, transferindo serviços para São Miguel. Relativamente à questão da saúde, só são levadas em conta as recomendações da Organização Mundial da Saúde, quando estas vão de encontro aos interesses de São Miguel, mesmo que tal represente prejuízo para as outras ilhas, nomeadamente para a Terceira.

Francisco Lima recomendou que o documento a emitir sobre o parecer da Assembleia sobre a posição relativamente ao ponto dois, não fosse apenas arquivado, devendo-se dar seguimento do mesmo à entidade competente.

Para finalizar, o Presidente da Junta pediu a palavra para, como habitualmente, colocar a assembleia ao corrente da atividade da Junta nos últimos três meses. Começou por referir que faz questão de informar em todas as sessões da assembleia da atividade recente da Junta. De seguida, manifestou o agrado da Junta de Freguesia pela conclusão da obra da Rua Dr. Ávila Gonçalves, tanto pela qualidade dos acabamentos, como pelo cumprimento do prazo previsto, pelo que Agualva agora dispõe, nas suas ruas centrais, de uma estrada com boas condições, além de existir um passeio contínuo em todo o percurso central da freguesia, que confere maior conforto e segurança para as pessoas.

Noé Cota referiu ainda a intervenção recente no melhoramento de uma série de caminhos agrícolas. Do mesmo modo, salientou os trabalhos de manutenção e limpeza realizados na escola dos Outeiros. Lembrou que, finalmente a antiga pretensão da Junta de retirar os cabos que intersetavam o adro, tinha sido realizada, passando estes a subterrâneos.

O Presidente referiu que, na sequência de um pedido da Junta para melhorar a cobertura de rede nos Outeiros, a PT pretendia colocar uma antena vertical no espaço do Império dos Outeiros, cujo pagamento de utilização de espaço, seiscentos euros por ano, reverte para a comissão do Bodo dos Outeiros. Por sugestão desta comissão, seria a Junta de Freguesia a assinar o requerimento, como proprietária efetiva do imóvel. Noé Cota referiu que a Junta está disposta a colaborar, transferindo posteriormente, como é natural, a quantia devida para o Bodo dos Outeiros. Lamentou ainda ter chegado ao seu conhecimento que um membro da anterior Junta de Freguesia se tenha mostrado relutante a esta solução, alegando que se o dinheiro fosse para a posse da atual Junta, o mesmo nunca chegaria à posse da comissão do Bodo, afirmação esta que a atual Junta repudia, referindo que não somos todos “farinha do mesmo saco”.

Marco Aurélio questionou a possibilidade de melhor cobertura de rede móvel em vários pontos da freguesia.

Roberto Lima perguntou se houve resposta da Câmara sobre a intervenção na ribeira e sobre a garantia da obra no Cabouco da Igreja. Sobre o primeiro assunto, Noé Cota respondeu que remeteu esse pedido, ao qual ainda não obteve resposta. Relativamente à garantia, Noé Cota disse não ter tomado qualquer diligência por considerar esse assunto encerrado.

Roberto Lima questionou se a escola dos Outeiros estava integralmente ao serviço dos Escuteiros. Noé Cota respondeu que atualmente sim, embora a Junta considerasse a escola sobre dimensionada para este fim, destacando que as instalações poderiam servir a mais do que uma entidade, permitindo a divisão dos encargos de manutenção.

Roberto Lima perguntou se era possível passar o Império dos Outeiros para o nome das

Comissões. Noé Cota respondeu que assim que a comissão estivesse interessada e em condições legais para o fazer procederiam de imediato à transferência de posse.

De seguida, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrados os trabalhos.

E não havendo mais nada a tratar, se encerrou esta reunião de que se lavrou a presente ata.

O PRESIDENTE

O SECRETÁRIO
